

RESOLUÇÃO Nº 145, DE 21 DE MAIO DE 2019.

Homologa o resultado da Revisão Extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão Patrocinada CGPE 001/2006, de 28 de dezembro de 2006, firmado entre o Estado de Pernambuco e a Concessionária Rota dos Coqueiros S.A..

A AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE, com fundamento na Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, e alterações, em especial, o inciso I do art. 4º, que indica a competência da ARPE para fixar, reajustar, revisar, homologar ou encaminhar ao ente delegado, tarifas, seus valores e estruturas;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, alterada pelas Leis Estaduais nº 12.976, de 28 de dezembro de 2005, nº 13.282, de 23 de agosto de 2007, nº 14.339, de 29 de junho de 2011, e nº 15.757, de 4 de abril de 2016, que dispõe sobre o Programa de Parceria Público-Privada do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 12.813, de 19 de maio de 2005, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 29.367, de 27 de junho de 2006, que disciplina a realização de audiências públicas previamente à autorização de aumentos nas tarifas ou preços praticados por empresas concessionárias de serviços públicos de titularidade do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO o disposto no Contrato de Concessão Patrocinada CGPE 001/2006, de 28 de dezembro de 2006, firmado entre o Estado de Pernambuco e a Concessionária Rota dos Coqueiros S.A., visando à exploração da Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva, em especial, as Cláusulas 27 – Equilíbrio Econômico-Financeiro e 28 – Risco do Volume de Tráfego na Rodovia;

CONSIDERANDO o pleito da CRC de revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão Patrocinada CGPE 001/2006, formalizado na carta CRC 090/2018, de 23 de julho de 2018, que originou o Processo ARPE nº 7201112-5/2018, de 2 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO as análises contidas na Nota Técnica ARPE/DEF/CTEEF nº 04/2019, de 10 de maio de 2019, incorporada ao referido Processo ARPE nº 7201112-5/2018;

CONSIDERANDO o Relatório da Audiência Pública nº 01/2019, de 20 de maio de 2019, devidamente aprovado pela Diretoria Colegiada desta Agência;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a alteração das Tarifas Básicas de Pedágio, no percentual correspondente a **0,35% (trinta e cinco centésimos por cento)**, decorrente da revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão Patrocinada CGPE 001/2006,

considerando os efeitos combinados: a) das perdas de receita de pedágio do tráfego de veículos realizado abaixo de 70% do fluxo previsto em Edital, no período de 01/06/2016 a 31/06/2018; e b) as receitas adicionais advindas da cobrança de Tarifa Básica de Pedágio de Final de Semana em feriados nacionais e estadual que ocorram em dias úteis no período de 14/06/2019 a 31/08/2039.

Art. 2º Homologar as seguintes Tarifas Básicas de Pedágio (TBP) que compõem a estrutura tarifária dos serviços de exploração da Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva:

- I- R\$ 3,0104 (três inteiros e cento e quatro décimos de milésimo de real) no período compreendido entre a zero hora de segunda-feira e vinte e quatro horas de sexta-feira; e
- II- R\$ 4,5156 (quatro inteiros e cinco mil cento e cinquenta e seis décimos de milésimo de real) no período compreendido entre a zero hora e um minuto do sábado e vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do domingo.

Parágrafo único. Aplica-se a TBP definida no inciso II do *caput* aos seguintes feriados:

- a) 1º de janeiro – Confraternização Universal;
- b) 6 de março – Data Magna do Estado de Pernambuco;
- c) Paixão de Cristo (Sexta-Feira);
- d) 21 de abril – Tiradentes;
- e) 1º de maio- Dia Mundial do Trabalho;
- f) 7 de setembro – Independência do Brasil;
- g) 2 de novembro - Finados;
- h) 12 de outubro – Nossa Senhora Aparecida;
- i) 15 de novembro – Proclamação da República; e
- j) 25 de dezembro - Natal.

Art. 3º A alteração tarifária prevista no artigo 2º entrará em vigor em 1º de junho de 2019, produzindo efeitos a partir de 14 de junho de 2019.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Recife, 21 de maio de 2019.

JULIANA DIAS MEDICIS

Diretora-Presidente em exercício

FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA

Diretor de Regulação Econômico-Financeira

CARLOS PORTO DE BARROS FILHO

Diretor Administrativo Financeiro